

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA EDUCACIONAL

PROJETO NOVO CIDADÃO - MOVIMENTO DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS
I Encontro de Preparação de Técnicos

O PAPEL DO PEDAGOGO NA SOCIEDADE (*)

Wagner Gonçalves Rossi
Universidade Estadual de Campinas

Os companheiros trabalhadores intelectuais cujas atividades se dão na área educacional - os educadores, os pedagogos - nos convidaram para discutir com eles seu papel na sociedade. Para concretizarmos o tema é preciso primeiro esclarecer que sociedade é essa. Trata-se de uma sociedade em que o poder está de igualdade distribuído entre as pessoas e as classes sociais - a sociedade de classes. Nessa sociedade as relações que se estabelecem entre as pessoas são muitas vezes relações de conflito, de oposição, de dominação. Essas relações de conflito encontram sua razão mais profunda na oposição entre os interesses das pessoas que vivem de seu trabalho e das pessoas que vivem de outros recursos acumulados, recursos estes que na verdade também foram gerados pelo trabalho dos trabalhadores, mas por um trabalho já passado, já "morto" e que, expropriado desses trabalhadores, ~~agora se~~ encontra na forma de capital: as máquinas e equipamentos, o dinheiro, a terra e outros imóveis, etc. Ora, é claro que nesse confronto entre os trabalhadores (aqueles que vivem da venda de seu trabalho) e capitalistas (aqueles que vivem da aplicação de

* Conferência pronunciada a convite dos estudantes na sessão de abertura do 1º ENEPE.

São Paulo, 11 de outubro de 1980

seus capitais), há uma oposição de interesses inevitável. Não há "teoria da empresa como comunidade" que consiga velar esse confronto, esse conflito que opõe, de um lado, um trabalhador que quer ganhar o máximo pelo trabalho que vende e deseja trabalhar sob as condições de trabalho mais favoráveis e, de outro lado, o patrão que quer pagar o mínimo possível fazendo o trabalhador trabalhar o máximo. Pelo menos que eu saiba, nunca se viu trabalhador fazendo greve para que o patrão pague menos, assim como não se vê capitalistas querendo que o operário fique com todo o valor gerado por seu trabalho! Mas se na sociedade a grande maioria das pessoas vive da venda de seu trabalho, enquanto que apenas uma pequena minoria vive dos capitais - o que equivale a dizer, vive do trabalho dos outros - porque é que essa maioria trabalhadora simplesmente não dá um basta numa situação em que quem trabalha vive na miséria e quem não trabalha (que são tão poucos) vive na opulência, na abundância? Se a grande maioria das pessoas é constituída pelos trabalhadores, porque elas não organizam a sociedade de acordo com seus interesses ao invés de submeter-se à exploração e à dominação daquela minoria que vive às custas dos trabalhadores sem trabalhar?

Parece simples, mas a verdade é que há todo um processo de dominação na sociedade de classes através do qual aqueles que possuem os privilégios econômicos, frutos da exploração dos trabalhadores, preservam esses privilégios e mantêm a classe trabalhadora sob seu controle. Sem querer ser muito "rigoroso", como exigem de nós os mandarins acadêmicos que preferem ficar discutindo professoralmente entre si com tanto mais rigor quanto aumentam sua distância do povo trabalhador, poderíamos dizer que essa dominação de classe que tem origem na produção da vida material, na economia, assume nesta a forma de exploração. Exploração do capitalista sobre o trabalhador, pois parte do que o trabalhador produz lhe é expropriado e entregue ao capitalista que não trabalha. Mas para garantir essa "exploração econômica" o capitalista precisa estender sua dominação ao âmbito político. Se os trabalhadores não mais quiserem ser explorados, é preciso que os exploradores os forcem a isso. Não se trata de querer: eles são forçados a aceitar a exploração. Essa imposição se dá na sociedade política, no Estado, que na sociedade capitalista não é neutro, mas defende os interesses do explorador. Este, tendo o poder econômico, fruto da exploração, detém também o poder político que é usado para garantir aquela exploração. É o chamado momento do coerção. A "ordem" é mantida co

ercitivamente. Para os poderosos, a "ordem" é a produção constante pelos trabalhadores de modo que fique assegurada a condição essencial para os capitalistas se apropriarem de parcelas crescentes do seu produto. Na sociedade política, o judiciário, a polícia e demais forças de "segurança", etc., ajudam a manter a "ordem".

Mas, se para garantir a exploração fosse sempre preciso forçar os operários a trabalhar através de violência policial a "ilha da tranquilidade" para produzir viraria um pandomônio! E isso não interessa ao capital. Bom mesmo seria que todos os explorados achassem a exploração "boa", ou pelo menos "justa". Se os explorados achassem boa a ordem opressora, tanto melhor, pois eles trabalhariam sem contestação, produziram em "ordem" e tudo correria bem para os capitalistas. Por isso, o terceiro aspecto da dominação é a conquista do dominado para que ele aceite, legitime a ordem exploradora. É preciso "fazer a cabeça do povão". Esse processo se dá na sociedade civil - o conjunto de instituições não diretamente ligadas ao Estado - a universidade e as escolas, as igrejas, as organizações de classe, sindicatos, associações, ordens profissionais, a imprensa, etc. "Fazer a cabeça do povão", quer dizer fazê-lo pensar como o dominador quer que ele pense. As pessoas, dependendo de sua posição de classe, vêem o mundo de modo diferente. Por exemplo: uma pessoa que desfruta das vantagens de um sistema baseado na exploração do trabalho tende a pensar esse sistema como justo; para ela, os "melhores" sobem (ela está logicamente entre tais "melhores"), os que não têm nada é porque são "vagabundos", "são incapazes", "não querem nada" e etc. (para ela não importa saber que foram esses a quem ela chama "vagabundos" que criaram as riquezas de que ela desfruta). Mas aqueles que vivem de seu trabalho não poderiam ter a mesma "concepção de mundo" dos que os exploram. Todavia, na sociedade civil, processa-se a passagem de concepção de mundo dos exploradores aos explorados. Os exploradores querem que os explorados pensem como eles exploradores, vejam o mundo como eles o vêem, e assim estabelecer-se-ia a paz na "ordem". A passagem dessa ideologia é feita pelos agentes sociabilizadores: a família, a escola, as igrejas, os meios de comunicação de massa. Num sentido lato esses agentes "educam" o povo. Mas que é que eles ensinam de fato o povo? Na família, aprendemos que o primeiro dever da criança é obedecer os mais velhos. Nunca se questiona se os mais velhos têm ou não razão numa circunstância específica. Na escola repete-se a dose, com professores e diretores. Uma das grandes restrições que se

pode fazer à nossa escola é de que ela tem passado às crianças e adolescentes a idéia de que o poder é algo externo ao grupo, assim meio "sagrado" e intocável, dado e imutável, nada tendo a ver conosco, a quem cumpre apenas aceitar e obedecer. Depois de anos de tal "educação" os pedagogos comprometidos com os exploradores descobrem que as crianças "não sabem pensar" e para eliminar tal problema, que pode levar à "baderna" sugerem que reestabeleçamos a "autoridade" de mestres e diretores! Após anos de excesso de autoridade em todos os níveis querem matar o doente com mais uma dose cavalara de "autoridade"! Quem obedece sem discutir a pais e mestres, obedecerá amanhã aos patrões! O problema é que podemos estar preparando os "operários-padrão" que o sistema de exploração deseja! Claro que aqui estou simplificando. A passagem da ideologia é muito mais complexa. Dever-se-ia discutir pelo menos a passagem da concepção da sociedade como sendo harmônica, não conflituosa como realmente é, e também o ufanismo que transforma a discussão da miséria do povo em atentado à segurança nacional. Atentado é manter o povo nas condições degradantes em que ele está. Mas esse é um tema que os companheiros conhecem bastante. Não é preciso insistir. O importante é se colocar: 1º que veremos o "papel" do pedagogo nesse contexto maior de uma sociedade de dominação e a educação institucional, num primeiro momento como parte desse processo de dominação, de hegemonia; 2º que procuraremos ver se há possibilidades de se transformar a escola de arma de repressão ao povo em arma do povo contra a repressão. Numa das andanças pelo interior, num trabalho que através da Unicamp estamos fazendo com diretores da nossa rede pública, quando coloquei esta questão, me perguntou, não sem certa ironia um diretor: "Se aceito um emprego na Escola, se esta Escola é do sistema, não acharia que para se trabalhar contra o sistema deveríamos antes nos demitir do emprego? Afinal, não é o Estado que está aí que nos paga? Não devo fidelidade a quem me paga?" Essa questão é essencial porque nos possibilita pensar sobre qual o compromisso fundamental de nossas vidas como educadores. Ao responder ao companheiro diretor, eu primeiro, talvez cedendo um pouco aos impulsos de momento (que eu sou meio brigão, mesmo), lembrei o episódio do "massacre de Milay" em que um tenente do Exército dos Estados Unidos matou um grupo de dezenas de mulheres, crianças (algumas agarradas aos seios secos de suas mães) e anciãs, porque tal lhe ordenaram fazer (segundo alegou ele em sua defesa). É preciso que nunca nos esqueçamos de que acima de qualquer ordem há a dignidade do ho-

mem, há nossa humanidade essencial que não nos deve permitir nunca, por **quais** motivos forem, tripudiar sobre outros seres humanos. "Cuidado", eu lhe disse, "para que não esteja matando o povo sem o saber". Depois falamos sobre o trabalho de Jonathan Kozol, sobre como as escolas públicas de Boston "matavam" as crianças negras, destruindo nelas sua auto-estima, tirando-lhes o direito a assumirem sua humanidade, ainda que tal fosse feito como sua "educação". Há uma opção prévia que todos nós educadores temos que enfrentar, antes de mais nada: com quem é o nosso compromisso. Essa questão essencial se associa à outra igualmente importante: quem somos nós? Seriam os educadores partícipes dos privilégios da sociedade de classes, prepostos dos poderosos, intelectuais a serviço de um mecenaz que os alimenta com as sobras da pilhagem do povo? Antes muitos professores se viam como "classe média", "reserva moral" - eram as "vestais". Hoje os poderosos não lhes deixaram nem sequer essa opção para uma auto-cooptação que os fazia pensar de si mesmos enquanto a parte "letrada", "iluminada" da classe dominante. O professor e o diretor proletarizados são povo, são trabalhadores intelectuais cujas atividades se dão na área da educação. Mesmo assim, podem estar comprometidos com o sistema que os paga. Mesmo estando mal pagos. Essa opção é às vezes mais cômoda. Pode ainda pensar-se neutro. Vejam os companheiros que se dedicam à educação da elite nas escolas "especiais" destinadas às crianças ricas e da classe média alta. Podem ser piagetianos, rogerianos, montessorianos, skinnerianos, e outros "anos" sem que para eles o povo sequer exista. Procuraram as sombras dos oásis. Vão ganhar uns quilinhos e a flacidez que não se encontra nos educadores-povo por esse mundão afóra. Trabalhar com o povo não engorda! Definitivamente. Portanto, disse eu ao companheiro diretor, não penso que o compromisso do educador seja com o "sistema", e nem mesmo é o "sistema" que o paga, pois quem paga a educação é todo o povo trabalhador, com seu trabalho, fonte de toda a riqueza. Mas independente de quem me paga, como educador, meu compromisso é com o educando - e quem é nosso educando na escola pública senão o povo na escola? É com o povo, pois nosso compromisso fundamental de educador.

A opção pelo povo é um compromisso cheio de riscos. Ainda assim, é fundamental. O educador que se assume parte do povo e com ele trabalha, não tem a ilusão de poder transformar o mundo apenas por sua prática educativa. Não nos podemos iludir de que a educação possa fazer a transformação da sociedade .

Essa idéia, como Maurício Tragtenberg tão bem caracterizou, é uma desconversa. Mas há que se ocupar o espaço educacional, há que se neutralizar a imposição da hegemonia dos exploradores sobre o povo em todos os lugares onde ela se dá, inclusive na escola. Dois riscos precisam ser evitados pelos educadores-povo, pois ambos levam a um imobilismo de que só se beneficiam os opressores: uma primeira atitude imobilista é assumida pelos companheiros que se deixam enredar por uma concepção economicista mecânica e reducionista que os leva a acreditar que o processo de transformação se dá apenas na economia. Espera-se essa mudança no econômico, como se ela fosse se dar por si só, espontaneamente, pela realização final das contradições do capitalismo, sem qualquer participação do homem, quase sem luta. Tratar-se-ia de um curso "natural" no desenvolvimento das forças produtivas a desaguar a tempo e hora "históricos" numa sociedade, para cujo advento nada teríamos a fazer. Não há dúvidas de que para haver mudanças essenciais é preciso se alterar a organização produtiva da sociedade. Todavia, o que se precisa ter em mente é que é o homem que por sua ação como sujeito da história tem o que Gramsci chamou a "iniciativa revolucionária". "Quem sabe faz a hora não espera acontecer". Recusamos o imobilismo, a passividade. Tal posição economicista decorre de uma leitura inadequada dos clássicos e por eles é claramente recusada. Tem, contudo, a vantagem de permitir o discurso crítico associado à inação política e mesmo, em certos casos, à docência repressiva contra o povo na escola. Quantos professores críticos não esquecem suas posições para adotarem em suas classes o modelo fascista repressor contra seus alunos. Para eles, a educação "não tem nada a ver". Levada a extremos, a idéia de que a educação é "neutra" pode conduzir até ao absurdo de se considerar o Estado como neutro também e assim estariam justificados os belos serviços que alguns "gurus" universitários prestam ao governo autoritário (assessoria, pesquisa, consultoria - tudo neutro, neutro). Serviços esses que prestam sem abdicar do discurso crítico e até mesmo da tentativa, rechaçada pela verdadeira intelectualidade crítica, de monopolizar a crítica. É o que Maurício Tragtenberg chama de "delinqüência acadêmica". A outra opção imobilista é a dos messianismos pedagógicos que insistem em mudar a sociedade pela educação. Ingênuos ou não, enquanto lutam apenas no âmbito educacional, ajudam a manter o essencial da sociedade intocado: sua estrutura de propriedade e renda, a organização da economia.

Mas que resta então ao educador engajado? Que pode fazer o educador comprometido com a mudança das condições de vida de seu povo? Aqui é preciso que sejamos bem claros: não há uma receita pronta, muito menos temos qualquer intenção de aviá-la. É preciso que reconheçamos que este é um debate aberto. Muitos com panheiros estão procurando encontrar seu espaço de ação com o povo. Nas discussões que realizamos com companheiros professores, estudantes, operários, na convivência e no diálogo acadêmico com outros colegas, na troca de idéias com aqueles que estão trabalhando com o povo nas escolas, nos movimentos populares, nos partidos, na poeira das periferias e da zona rural, como na fumaça dos subúrbios operários, pudemos ouvir diferentes depoimentos que poderiam nos dar, eliminadas sutis diferenças, o seguinte quadro de opções, para a atividade do educador povo, para seu "que fazer":

- 1º) - trabalhar no sistema, assumindo seu compromisso com o povo;
- 2º) - trabalhar na educação alternativa;
- 3º) - trabalhar com educação complementar.

Trabalhar no sistema quer dizer, na educação institucional, formal, especialmente na rede pública. Queiramos ou não, a escola pública é um dos locais mais importantes da educação do povo. O ponto a discutir é como transformá-la de repressora do povo em arma do povo. O grande compromisso do educador não é, nem pode ser, com um sistema opressor e explorador do povo. Nosso compromisso é com nosso educando. Na rede pública, como dissemos, o educando é o povo na escola. Trata-se, pois, não de negar a escola pública, mas de transformá-la da escola de opressão do povo, da escola do "oba oba" do sistema, em "escola do povo". Daí não concordarmos com os que advogam apenas as medidas liberais de "democratização da educação", escola para todos e similares, mas pensarmos que é fundamental que a escolarização do povo assuma uma nova "qualidade", uma qualidade diferente, que faça dela uma contra-educação, uma educação contra-hegemônica. E tal mudança qualitativa só pode ser efetivada pelos educadores-povo que assumam seus postos dentro de cada escola, no espaço que conseguirem abrir, com o povo. Maria Tereza Nidelcoff dá uma chave excelente para esse trabalho: a escola em que a criança tem sua experiência pedagógica concreta, não é aquela descrita nos discursos dos políticos ou nas leis educacionais, mas a que nós educadores fazemos com os estudantes no dia-a-dia de nossas escolas. Em outras palavras, mesmo dentro do sistema

de dominação há um espaço que podemos ocupar com o povo. Não adianta o educador esconder-se sob a alegação de que não há nada a fazer, dados os controles do sistema. Todos sabemos que o sistema cobra antes de mais nada, papéis e uma fidelidade formal que pode incluir mesmo, em certos casos a assinatura da ficha do PDS! Mas nesse espaço de vida com o povo em cada escola, em cada sala-de-aulas, é inviolável (pelo menos tão inviolável quanto os demais espaços sociais em que vivemos e trabalhamos com o povo). Não se pode dizer que participar da organização de movimentos populares, dos comandos de greve, dos partidos de oposição, das comunidades de base seja fácil e isento de riscos. E vejam, mesmo o ténue espaço que já se abriu em nossa sociedade, ainda não fomos capazes de abrir em nossas escolas. Mesmo com a "abertura", as escolas públicas continuam ainda estruturadas à moda da "fechadura" ou, como me disse outro diretor, da "ferradura". Para se dizer o mínimo pensamos que nossas escolas estão atrasadas em relação à sociedade. A luta pela garantia desse espaço-escola para o povo deve ser uma longa construção em que cada educador e cada educando coloque sua pedrinha. Não se deve esperar qualquer milagre ou benevolência do sistema, pois só se aprende participação, participando; só se aprende democracia, praticando-a; só se garante espaço, ocupando-o. No mais, só a prática de cada um pode indicar o que fazer concreto. É preciso lembrar que não são os nossos ideais, mas as condições concretas que nos darão o ritmo e o rumo da ação transformadora.

A segunda opção é a da educação alternativa. Já me referi a experiência das "free-schools" de Kozol nos Estados Unidos. Poder-se-ia adicionar outras como a dos chamados Jardins de Infância, libertários de Berlim, ou o trabalho dos operários italianos a que Rozinska e Miguel de Oliveira se referem. No Brasil, há muitas experiências de educação popular em andamento. A ação direta com o povo, em que, como tão bem nos esclareceu sempre o grande mestre Paulo Freire, a preposição com é essencial, já que um trabalho para o povo seria paternalismo e um trabalho sobre o povo, autoritarismo, implica uma série de dificuldades e riscos. Mas apesar disso, esse trabalho de "conscientização" é na verdade, uma politização no mais rico sentido da palavra, envolvendo a re-humanização dos que foram desumanizados pelo sistema de exploração, para que eles, se assumam enquanto seres humanos com direitos inalienáveis a quem tais direitos foram e estão sendo negados, mas podem ser recuperados na medida em que com seus companheiros oprimidos se

organizem, lutem, (se possível pelo voto, se não, como puderem) para que esses direitos essenciais lhes sejam devolvidos e nunca mais tirados; e sejam garantidos a todos, sem privilégios. Uma das coisas mais importantes que ocorreram em nosso país nos últimos anos, foi o surgimento de toda uma nova geração de líderes sindicais e operários, surgidos das cinzas da repressão a provar que a classe trabalhadora tira da violência de que é vítima o alento para recriar-se na luta. Não há violência e irracionalidade que alquebrante o povo. Pois bem, perguntar-se-ia: haveria condições no Brasil para a classe trabalhadora assumir através de uma escola alternativa a educação de seus próprios filhos? Que contribuição poderíamos dar nós educadores-povo em tal processo? Mesmo não afastando o valor de experiências pioneiras, sabemos que nosso povo está lutando mesmo é pela simples sobrevivência! De onde poderiam vir os recursos para tal educação alternativa? Entre outros trabalhos que buscam recuperar na história da educação uma linha de pesquisa pedagógica alternativa, eu mesmo estudei na tradição socialista e nas lutas operárias do passado, a matriz de uma educação radicalmente diversa da educação propiciada pelo capital à classe trabalhadora: é a pedagogia do trabalho, que transforma o trabalho no centro do processo educacional, no princípio epistemológico fundante de uma educação que integre educação e trabalho num único processo, como propostopelos clássicos. Não se trata de mais uma receita de "especialista" educacional para o povo. Ao contrário, o mais que podemos é levantar subsídios que permitam à classe trabalhadora dispor de elementos os mais ricos possíveis na discussão de seu projeto social alternativo, inclusive, embora não primordialmente, para a escola. Há inúmeros outros companheiros trabalhando e trazendo contribuições, para esse debate aberto, além de nosso Paulo Freire. Participam, ainda, é claro, os companheiros que trabalham nas comunidades de base, os movimentos populares, as associações populares. A educação se faz com o povo onde houver um espaço a se ocupar pois qualquer terreno ganho à hegemonia é valioso para que se implante a contra-hegemonia do povo. Há sempre uma trincheira a ser ocupada pelo educador-povo. Os companheiros estudantes que hoje o ingresso nas profissões pedagógicas virão participar, pois, duma enorme tarefa. Mas educação alternativa tem limites. A partir mesmo das dificuldades materiais que encerra. Aliás essa questão nos lembra de que toda experiência pedagógica contra a opressão do povo enfrenta carência de recursos. Aqui mesmo, a liberdade de uma Univer

sidade que começou a se querer crítica (que é o mínimo que uma universidade pode querer) foi ameaçada através do quê? Corte de recursos. Para acabar com a universidade o mais eficiente é tirar-lhe as condições materiais de operação. Mas já nos anos 20, como parte das grandes transformações e do espaço social aberto pela Revolução Russa, implantou-se em Moscou uma experiência psicopedagógica muito interessante, embora não isenta de riscos e contradições, o chamado Jardim de Infância não-diretivo de Moscou, dirigido por Vera Schmidt. A proposta dessa pesquisadora associava um coletivismo marxista a um anti-autoritarismo anárquico, e à psicanálise freudiana, uma mistura suficientemente explosiva para que muita celeuma se levantasse. Mas a Revolução havia aberto espaços e sustentava a experiência. Logo, contudo, começaram a circular em Moscou os boatos mais disparatados: que na instituição se excitavam as crianças com fins analíticos, e que tais. Seguidas comissões de inquérito não chegaram a um veredito final, mas foram suficientes para que o governo deixasse de sustentar economicamente a instituição. A experiência de Vera Schmidt, com todos os seus riscos e promessas, foi então sustentada pela contribuição voluntária dos sindicatos de mineiros alemães e russos que tendo visitado a instituição resolveram mantê-la. Será que temos condições para uma educação mantida pelos sindicatos aqui? É preciso ver se isso não seria possível apenas a alguns sindicatos "ricos" e aí fosse elemento de fracionamento da classe trabalhadora, não de sua união. Apesar disso, isso é um campo a ser pesquisado e aprofundado por operários e educadores.

Finalmente fala-se numa educação complementar para a criança trabalhadora. A criança trabalhadora já está estudando na escola pública (com a relatividade que essa afirmação assume quando sabemos que 8.000.000 de crianças estão fora da escola e os índices de evasão vão acima dos 50% para o 1º ano escolar). Tratar-se-ia de dar à criança trabalhadora suplementarmente e fora da escola os elementos que lhe permitissem posicionar-se criticamente perante essa escola formal, protegendo-a de uma integração nas idéias do explorador. De certa forma, é o que se faz com o adulto que já possui meios importantes para a aquisição do conhecimento, por exemplo sua prática no trabalho, com o qual se criam elementos para analisar essa prática, compreender o caráter alienado desse trabalho, etc., de tal sorte que ele mesmo poderá a partir daí tirar da prática repressiva do sistema seu conhecimento contra-hegemônico. A escola complementar estaria a usar o modelo (apenas no sentido

minha opinião, meu ponto de vista político e ainda que como povo eu traga essas minhas propostas para o centro de discussões com o povo, muitas outras propostas devem ser trazidas para essa discussão aberta, entre companheiros, mas nenhuma pode ser trazida como imposição sobre o povo. Precisamos ser capazes de compor nossas diferenças, incorporando contribuições diversas, superando o mero grupalismo, o fracionamento, o divisionismo, para trabalharmos juntos, assumindo nossas posições, nunca como imposição, pois um verdadeiro projeto do povo deve ser necessariamente uma composição.